

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.366 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 24 DE SETEMBRO DE 2001

Plenário examina garantia de recursos para Amazônia e Nordeste

Proposta de emenda à Constituição de autoria de Antonio Carlos Valadares torna permanentes, na estrutura jurídica do país, os Fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste

PÁGINA 5

CCJ debate em audiência pública a reforma do Poder Judiciário

Já aprovada pela Câmara, a proposta é considerada prioritária pelas lideranças partidárias para votação neste semestre. Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Nelson Jobim, foi convidado a participar da reunião, marcada para quarta-feira



Reforma do Poder Judiciário é um dos temas mais polêmicos em tramitação no Senado

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania realiza na quarta-feira, às 10h, audiência pública para debater a proposta de reforma do Poder Judiciário. O presidente da CCJ, Bernardo Cabral, convidou para a reunião o ministro Nelson Jobim, presidente do Tribunal Superior Eleitoral. A proposta já foi aprovada pela Câmara e é considerada pelos líderes partidários uma das prioridades deste semestre.

PÁGINA 3

Código do Contribuinte será votado na quarta

PÁGINA 3

Mensagem do governo na TV pode incluir língua brasileira de sinais

A Comissão de Educação examina amanhã projeto da senadora Emilia Fernandes que torna obrigatório o uso da língua brasileira de sinais em todas as mensagens do governo federal na televisão. A discussão ocorre em turno suplementar porque na última reunião da comissão foi aprovado voto em separado modificando partes do projeto.

PÁGINA 6



Lúdio Coelho diz esperar "um período de paz" com a eleição de Ramez Tebet para a Presidência

Lúdio Coelho prevê fase mais produtiva no Senado

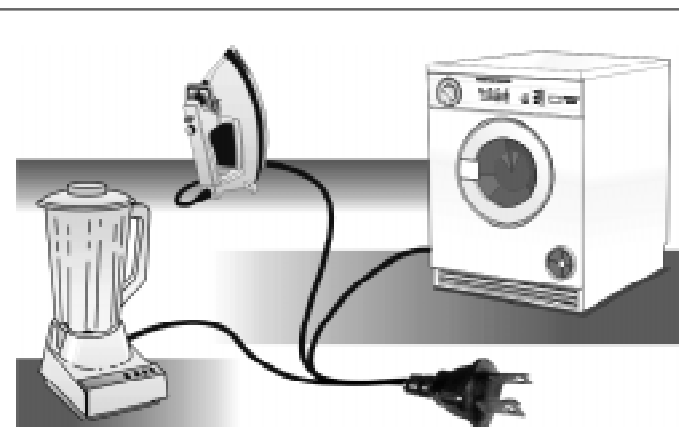
PÁGINA 4

CPI espera ouvir de novo o vice-presidente do Vasco da Gama

A CPI do Futebol marcou para amanhã, às 10h, o novo depoimento do vice-presidente de Finanças do Clube de Regatas Vasco da Gama, Mário Cupello.

Ele depôs pela primeira vez na comissão em março e deveria ter sido ouvido novamente na terça-feira passada, mas não compareceu à reunião da CPI.

PÁGINA 2



Senadores analisam política de conservação de energia

Projeto de Teotônio Vilela Filho objetiva uso eficiente de recursos energéticos

PÁGINA 3

Comissão quer ouvir amanhã o vice-presidente do Vasco

Para isso, o presidente da CPI, Álvaro Dias, pediu ajuda à Justiça, já que Mário Cupello não compareceu para depor na última terça-feira

A CPI do Futebol espera ouvir novamente o vice-presidente de Finanças do Clube Regatas Vasco da Gama, Mário Cupello, em depoimento marcado para amanhã, a partir das 10h. Cupello, que depôs na comissão em março, faltou ao depoimento que estava previsto para terça-feira passada.

A ausência injustificada do dirigente do Vasco levou o presidente da CPI, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), a pedir auxílio da polícia e da Justiça para que ele compareça à comissão. Caso contrário, poderá ser preso. O senador informou que Cupello foi reconvoado devido ao surgimento de novos documentos que comprometem a veracidade das informa-



Álvaro: reconvocação se deve a surgimento de novos documentos



ções de seu depoimento anterior.

Na verdade, Cupello respondeu, naquela ocasião, às dezenas de perguntas feitas pelo relator da CPI, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), com duas frases: "Não tomei conhecimento" e "Eu me esqueci".

Entre outras coisas, disse desconhecer o cheque de US\$ 110 mil que o Vasco recebeu da Confederação Sul-Americana de Futebol, em 1998. O cheque, com o qual a diretoria do Vasco alega ter pago despesas do clube com um jogo contra o Real Madrid em Tóquio (Japão), foi endossado pelo en-

tão vice-presidente de futebol do clube, o deputado federal Eurico Miranda, e acabou depositado em Nova York, em uma conta com nome fantasia de *Diamond*.

Vice-presidente financeiro do clube há oito anos, Cupello disse não se lembrar do nome do contador do clube, como também não fazia idéia de quanto era seu salário. Alegou que, quando foi convidado para o cargo pelo então presidente Antônio Soares Calçada – o atual é o próprio Eurico Miranda –, avisou que não teria tempo disponível para o clube, onde ia apenas às terças e quintas-feiras, depois das 18h, para assinar cheques e analisar documentos.

No depoimento, Cupello teve ainda de reconhecer que seu filho é dono de uma empresa que tem direito a 20% do que recebem os jogadores juvenis (até 18 anos) e juniores (até 21), além de Helton (goleiro) e Maricá, como revelou Althoff na ocasião.

CAS examina projeto que determina venda de medicamentos a granel

O substitutivo do senador Tião Viana (PT-AC) a projeto de lei que permite a venda a granel de medicamentos, na quantidade indicada na receita médica, é uma das matérias incluídas na pauta da reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) de quarta-feira, às 9h. Conforme a proposta, a venda poderá ser na forma de comprimidos, cápsulas, drágeas, tabletes, pílulas, supositórios e ampolas. O projeto original é do então senador Ernandes Amorim (PPB-RO). A matéria, que tramita em caráter terminativo, será votada em turno suplementar, pois no dia 22 de agosto foi aprovada

em primeira votação, com 19 votos favoráveis.

Tião Viana incorporou ao substitutivo uma subemenda apresentada pela senadora Emilia Fernandes (PT-RS) determinando que as farmácias deverão receber autorização especial da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para comercializar medicamentos a granel. Caso se confirme a aprovação do projeto pela comissão, e não seja apresentado recurso para votação da matéria no Plenário, o projeto irá imediatamente ao exame da Câmara.

Outros seis itens integram a pauta da reunião da CAS, entre eles

substitutivo do relator, senador Valmir Amaral (PMDB-DF), favorável a projeto de lei apresentado pelo senador Arlindo Porto (PTB-MG) que regulamenta a profissão de cerimonialista e institui o conselho federal e os conselhos regionais da atividade.

Também deverá ser apreciado parecer favorável da relatora, senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), ao projeto do deputado Luiz Moreira (PFL-BA) que determina a indicação, na embalagem dos produtos, da quantidade de edulcorantes (adoçantes) utilizada na sua composição e a ingestão diária aceitável.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 24 DE SETEMBRO DE 2001

PLENÁRIO

14h30 – Sessão não deliberativa

PREVISÃO PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Horário de Expediente: destinada a comemorar o centenário de nascimento do ex-senador Alberto Pasqualini. Pauta: substitutivo da Câmara a projeto do Senado que fixa diretrizes para conservação de energia; resolução que autoriza o estado da Bahia a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de US\$ 54,3 milhões; entre outros.

Quarta-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: projeto que institui o Código de Defesa do Contribuinte; entre outros.

Quinta-feira

10h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da emenda constitucional que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste; entre outros.

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h – CPI do Futebol

Pauta: depoimento do vice-presidente de finanças do Clube de Regatas Vasco da Gama, Mário Cupello. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

10h – Reunião Conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e da Subcomissão de Turismo

Pauta: audiência pública com a presença dos presidentes da Transbrasil; da Gol Transportes Aéreos; da TAM; da Varig e da Vasp, com o objetivo de discutir a "Situação da Aviação Comercial Brasileira". *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19*

11h30 – Comissão de Educação

Pauta: 12 itens, incluindo projeto que obriga as televisões a utilizarem também a linguagem de sinais em todas as veiculações do governo federal. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15*

17h – CPI das ONGs

Pauta: depoimento do presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Paraná. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

17h30 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: 07 itens, incluindo requerimento solicitando que o Senado formule voto de censura junto ao governo do Afeganistão manifestando a indignação dos brasileiros com relação ao tratamento recebido pelas mulheres naquele país. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 7*

17h30 – Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Pauta: audiência pública sobre o tema "Fronteira Brasil – Paraguai, Conflitos na Ponte da Amizade", com a presença do embaixador do Paraguai; do prefeito de Foz do Iguaçu; do presidente da Associação Comercial de Foz do Iguaçu; do secretário da Receita Federal, e de representante do Ministério das Relações Exteriores. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 13*

Após Ordem do Dia – Comissão de Educação

Pauta: audiência pública com a finalidade de instruir decreto legislativo que renova a concessão da TV Ômega para explorar serviço de rádio e televisão nas cidades do Rio de Janeiro (RJ), Recife (PE), Belo Horizonte (MG), Fortaleza (CE) e São Paulo (SP). *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15*

Quarta-feira

9h – Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: 07 itens, incluindo projeto que regulamenta a profissão de cerimonialista e suas correlatas, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9*

10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

1ª parte – audiência pública para instruir a PEC nº 29/00, que trata da Reforma do Judiciário, com a presença do presidente do TSE.

2ª parte – 17 itens, incluindo projeto que cria o Serviço Social da Saúde (SESS) e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde (Senass). *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*

10h – Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática

Pauta: audiência pública para debater a proposta do Ministério das Comunicações para a nova lei de radiodifusão. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15*

Quinta-feira

9h – Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Pauta: votação do relatório da Comissão de Inquérito que avalia denúncias contra o senador Jader Barbalho. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Raque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Código do Contribuinte vai a votação na quarta

O Plenário vota nesta quarta-feira o projeto que institui o Código de Defesa do Contribuinte, de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC). A matéria já esteve em pauta, mas retornou às Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) por ter recebido emendas durante a sua discussão em Plenário.

De um total de 21 emendas, o relator do projeto nas duas comissões, senador Bello Parga (PFL-MA), acolheu somente três delas. Ele disse que a maioria dessas modificações atendem a recomendações feitas pela Secretaria da Receita Federal e têm o objetivo de não estimular a sonegação fiscal no país. O senador ressaltou, entretanto, que procurou manter o espírito da proposta de Bornhausen, cujo objetivo maior é criar mecanismos de defesa do contribuinte.



Novo código introduz o Brasil na modernidade, diz Bornhausen, autor do projeto

Jorge Bornhausen argumenta que o novo código introduzirá o Brasil na modernidade dos países mais democráticos, seguindo o exemplo dos Estados Unidos e da Espanha. Ele disse que o código atuará, sobretudo, em defesa dos pequenos contribuintes, que não têm condições de pagar advogados caros para se defender, em caso de abusos praticados pelo fisco.

Como exemplo, ele citou que, pela legislação atual, o contribuinte que quiser contestar uma cobrança fiscal primeiro terá de depositar em caução 30% do valor cobrado, mesmo que essa cobrança seja indevida.

Caso seja aprovado pelo Senado, o Código de Defesa do Contribuinte ainda precisará ser examinado pela Câmara, que, se também aprovar o projeto, o enviará à sanção do presidente da República, para que possa entrar em vigor.

Crêterios para uso racional de energia em exame no Plenário

Alocação eficiente de recursos energéticos e a preservação do meio ambiente é o objetivo de projeto de lei de autoria do senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) que será votado amanhã pelo Plenário. Parecer favorável à matéria foi aprovado no último dia 19 pela



Proposta de Teotônio Vilela recebeu parecer favorável na Comissão de Justiça

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relator foi o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que se manifestou favorável a alterações propostas pela Câmara dos Deputados ao projeto original do Senado.

A proposta institui a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia Elétrica e estabelece que os fabricantes e os importadores de máquinas e aparelhos consumidores de energia ficam obrigados a adotar as medidas necessárias para

que sejam obedecidos os níveis máximos de consumo de energia e mínimos de eficiência energética, constantes de regulamentação específica estabelecida para cada tipo de máquina e aparelho, a ser feita pelo Executivo com base em indicadores técnicos pertinentes.

Ainda segundo o texto, máquinas e aparelhos consumidores de energia encontrados no mercado sem as especificações legais, quando da vigência da regulamentação específica, deverão ser recolhidos, no prazo máximo de 30 dias, pelos respectivos fabricantes e importadores. Após esse prazo, os fabricantes e importadores ficarão sujeitos às multas por unidade, a serem estabelecidas em regulamentação, de até 100% do preço de venda por eles praticado.

Reforma do Judiciário será debatida em audiência na CCJ

Ministro Nelson Jobim, do STF, deve participar da discussão. Projeto está entre os considerados prioritários para votação este ano

O ministro do Supremo Tribunal Federal e presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Nelson Jobim, foi convidado pelo presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Bernardo Cabral



Bernardo Cabral, presidente da comissão, convidou Nelson Jobim para a audiência pública

(PFL-AM), para um debate público sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC) que reforma o Poder Judiciário. A au-

diência pública está marcada para as 10h desta quarta-feira.

A proposta, que tem Bernardo Cabral como relator, foi co-

locada pelas lideranças partidárias como prioritária para votação neste segundo semestre. A reforma do Judiciário é considerada polêmica e tem acirrado os debates no Congresso porque, entre outras coisas, prevê o controle externo do Judiciário, por meio de um Conselho Nacional de Justiça. O conselho seria composto por 15 representantes da magistratura, do Ministério Público, dos advogados e da sociedade civil, esses indicados pelo Congresso.

Já votada pela Câmara dos Deputados, a proposta de reforma estabelece que os novos juízes deverão ter três anos de experiência antes do concurso e serão obrigados a fazer cursos de reciclagem periodicamente. Além disso, a proposta acaba com o recesso anual de dois meses e cria ouvidorias estaduais de Justiça para coletar denúncias de irregularidades.

O projeto da reforma do Judiciário é um substitutivo que a deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP) apresentou na Câmara, depois de oito anos de discussão da matéria. A proposta privilegia o atendimento judiciário de primeira instância.

Principais pontos da reforma

Os novos juízes deverão ter três anos de experiência obrigatória antes do concurso

Cursos de reciclagem obrigatórios para magistrados

Fim do recesso anual de dois meses na Justiça

Criação de órgão de controle externo do Judiciário, composto de magistrados, advogados e representantes da sociedade

Criação de ouvidorias estaduais de Justiça para coletar denúncias de irregularidades

Deslocamento dos crimes contra os direitos humanos para julgamento pela Justiça Federal

Proibição aos juízes de emitir opinião sobre os processos que presidam

Súmula vinculante para decisões do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional, contando com a aprovação de três quintos do tribunal

Comissão decide se Jader tem direito a defesa prévia

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decidirá nesta quarta-feira, a partir das 10h, se o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) tem direito a uma defesa prévia no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, antes que seja votado o relatório da comissão de três senadores que avaliou se o senador infringiu o decoro parlamentar. O pedido de defesa prévia foi feito em recurso pelo próprio Jader, durante reunião do conselho na última quinta-feira.

O presidente do Conselho de Ética, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), decidiu

remeter o assunto à CCJ e deu prazo de dois dias para uma resposta, a contar desta segunda-feira. O presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral, nomeou o senador Osmar Dias (sem partido-PR) para dar parecer sobre a consulta.

Na última reunião do Conselho de Ética, Jader Barbalho inicial-

mente apresentou uma questão de ordem para ser ouvido, alegando que fora cerceado em seu direito constitucional de defesa. A questão foi contraditada pelo senador Waldeck Ornêlas (PFL-BA) durante a reunião, para quem o indiciado só faz sua defesa depois de aberto processo de investigação, o que ainda não ocorreu. Com isso, Juvêncio negou a questão de ordem, o que levou Jader Barbalho a apresentar seu recurso à CCJ.



Jader argumentou em reunião do Conselho de Ética que fora cerceado em seu direito de defesa

Lúdio acredita que Senado terá fase mais produtiva

Eleição de Ramez Tebet para a Presidência da Casa permitirá que sejam “votadas as reformas de que a população precisa”, afirma senador

Ao felicitar os senadores e a população de Mato Grosso do Sul pela eleição do novo presidente do Senado, Ramez Tebet, o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) manifestou confiança de que a Casa iniciará fase mais produtiva e pacífica, em que “os interesses pessoais serão substituídos pelos interesses da sociedade”.

– Eu quero transmitir minha confiança de que teremos um período de mais trabalho, com a votação das reformas de que a população do país precisa, como a reforma política, a tributária e, principalmente, a reforma pesso-



Lúdio: interesses pessoais serão substituídos pelos da sociedade

al de cada político. Precisamos ultrapassar a etapa de investigação dos erros do passado e concentrar nossa atenção no presente – conclamou.

Lúdio lamentou o último ano legislativo que, afirmou, não trouxe satisfação “a quem gosta de trabalhar”.

– As coisas não deram certo. O ano foi marcado por coisas inadequadas e por situações de constante retaliação. Os assuntos principais não foram tratados. Espero que, com a escolha de Tebet, tenhamos um período de paz.

O senador disse também que “já é tempo” de se encerrarem os de-

sentimentos pessoais e as brigas partidárias.

– Os políticos precisam se entender, pois o país está passando por transformações muito profundas – acentuou Lúdio, para quem o excesso de legendas partidárias “é negativo e causador das principais disputas”.

– Temos uma fatura de partidos e nas democracias mais desenvolvidas não é assim. Se não limitarmos a representação a quatro partidos, demoraremos muito a atingir a maturidade política.

O senador registrou ainda que, “apesar de Mato Grosso do Sul não possuir grande expressividade no cenário político nacional”, Ramez Tebet é o terceiro sulmato-grossense a ocupar a Presidência do Senado.



Romero Jucá informou que programa SenacMóvel atendeu a 171 municípios

formou 55 mil alunos nas áreas de saúde, turismo e hotelaria, informática e administração, moda e beleza. Cada estação de formação, segundo o senador, tem estrutura capaz de fornecer três turnos de aulas por dia e dispõe de antenas parabólicas, equipamentos para teleconferência e acesso à Internet.

De acordo com o perfil de cada localidade, explicou Jucá, o Senac envia uma carreta-laboratório, que permanece no local o tempo necessário para formar número de profissionais que não venha a saturar o mercado.

Jucá enalteceu o programa de-

envolvido pelo Senac, observando que a excelência dos cursos da instituição só estava disponível a moradores dos grandes centros urbanos e que, com o programa SenacMóvel, os serviços estão sendo expandidos para a população do interior do país, mais carente de ensino profissionalizante.

Jucá lembra que SenacMóvel já formou 55 mil alunos

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) parabenizou a direção do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) pela execução do programa SenacMóvel, que está levando o ensino profissionalizante a centenas de municípios brasileiros por meio de laboratórios de trabalho instalados em carretas e em uma balsa. Embora o Ministério da Educação esteja tentando informatizar as escolas, disse, o alcance da iniciativa ainda é muito limitado e a maioria da população continua excluída do mercado de trabalho.

Jucá informou que o SenacMóvel já atendeu a 171 municípios e

Eduardo elogia qualificação profissional no TO

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) elogiou iniciativas do governo do Tocantins que tem investido na qualificação da mão-de-obra, a fim de que trabalhadores ingressem no mercado de trabalho preparados. Ele ressaltou que, “num mundo globalizado e competitivo, não há como alcançar a meta do desenvolvimento socioeconômico com um contingente de trabalhadores mal qualificados”.

Uma das iniciativas, relatou, foi a construção de seis centros de

educação profissional, em convênio com o Ministério da Educação, com investimento inicial de R\$ 5,7 milhões. O senador informou que cada unidade atenderá aproximadamente 800 alunos da rede pública. A primeira unidade será instalada em Paraíso do Tocantins, com cursos de informática, meio ambiente, agropecuária, fruticultura, apicultura e gestão empresarial.

Eduardo citou ainda convênio firmado entre a Secretaria de Indústria e Comércio do Tocantins e

o Banco do Brasil, com o objetivo de treinar pelo menos mil trabalhadores da indústria, beneficiando médias, pequenas e microempresas. Segundo disse, os investimentos do Banco do Brasil na parceria são originários do Banco de Investimento KfW, da Alemanha.

O senador também citou iniciativa da Secretaria do Trabalho e Ação Social que iniciará o treinamento de pessoas desempregadas, subempregadas ou em estado de pobreza extrema, com a oferta de cursos de capacitação.

Marina Silva propõe fim da contribuição sindical

Já se encontra na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para ser examinado em decisão terminativa, projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) que extingue a contribuição sindical, prevista em lei desde 1943. De acordo com a proposta, a contribuição para custeio dos sindicatos de trabalhadores e empregadores será fixada em assembleia geral pelos próprios filiados das entidades.

A senadora reconhece que a extinção da contribuição sindical, “um verdadeiro tributo imposto aos trabalhadores”, pode representar sacrifícios para vários sindicatos. Por outro lado, observou, “será o primeiro passo para ampliar a democracia interna e dar maior representatividade e eficácia social às entidades de classe”.

CONTROLE ESTATAL

Marina Silva lembrou que o “imposto sindical” foi adotado na década de 40, quando o país vivia em contexto histórico e político “bastante diferente do atual”. Na época, afirmou, os sindicatos eram submetidos ao controle estatal e tinham funções legais a cumprir.

Atualmente, no entender da se-



Para Marina Silva, “não tem mais sentido manter esse tipo de contribuição compulsória”

nadora, com a ampliação das liberdades sindicais, “não tem mais sentido manter esse tipo de contribuição compulsória” sobre a renda de trabalhadores e empregadores. Ela acrescentou que o “imposto sindical” foi o principal responsável pela criação de sindicatos sem bases viáveis e de categorias pouco representativas.

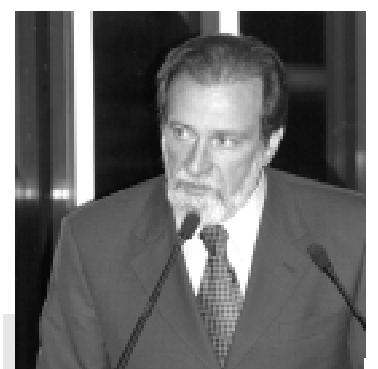
– O sentimento que atinge os trabalhadores, muitas vezes distantes dos sindicatos, é de estarem sendo onerados sem receber uma contraprestação adequada. Muitos contribuem para sindicatos cujo endereço sequer conhecem e de cujos dirigentes nunca ouviram falar – concluiu Marina Silva na justificação do projeto.

Projeto garante 30 dias de férias a empregado doméstico

Está em exame na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto do senador Osmar Dias (sem partido-PR) que estende ao empregado doméstico férias remuneradas de 30 dias, com abono pecuniário. O projeto dá direito também a férias proporcionais, de acordo com o número de faltas do empregado no ano trabalhado ou os meses trabalhados, no caso de demissão sem justa causa.

O senador explica na justificação do projeto que o objetivo é diminuir a discriminação que a lei aplica a essa categoria de trabalhadores. Segundo Osmar Dias, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a legislação dos empregados domésticos tratam de maneira diversa a matéria. A primeira garante 30 dias de folga. A segunda, apenas 20.

– Por falta de uma regulamentação mais atualizada sobre a questão, a concessão de férias ao empregado doméstico gera muita confusão. Muitos empregadores ora concedem aos empregados



Osmar Dias: legislação é conflitante quanto ao número de dias de descanso a que tem direito a categoria

um período maior de férias que o exigido pela lei, ora deixam de pagar a gratificação de férias que lhes é devida – disse.

De acordo com o projeto, o empregado doméstico terá 30 dias de férias, desde que não tenha faltado ao serviço mais de cinco vezes. Havendo maior número de faltas, o período de descanso será diminuído até chegar a 12 dias, se o empregado tiver se ausentado do serviço mais de 24 dias em um ano.

Patrocínio pede apoio para Ferrovia Norte-Sul

O senador Carlos Patrocínio (sem partido-TO) fez um apelo sexta-feira, no Plenário, para que os parlamentares se unam em defesa da construção da Ferrovia Norte-Sul, que vem sendo feita em ritmo muito lento, em vista da escassez de recursos públicos. O projeto da ferrovia, que já se arrasta há 15 anos, foi orçado em US\$ 2,2 bilhões de dólares (cerca de R\$ 6 bilhões), tendo recebido, até agora, apenas R\$ 600 milhões.

Patrocínio explicou que a Ferrovia Norte-Sul, que ele considera "verdadeiro sonho de goianos, tocantinenses, maranhenses e paraenses", foi projetada para ligar Goiás ao Porto de Itaqui, no Maranhão, numa extensão de 2.200 quilômetros. A área de influência do projeto compreende 1,8 milhão de quilômetros quadrados de terras ricas, tanto em minérios quanto para a produção agropecuária. Há naquela região, segundo o senador, reservas de 46 milhões de toneladas de amianto, 508 milhões de toneladas de calcário, 20 milhões de toneladas de estanho e 166 milhões de toneladas de níquel.

A ferrovia está sendo construída pela Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (Valec), empresa do Ministério dos Transportes. Até agora foram concluídos somente 226 quilômetros de linhas ferroviárias, ligando os municípios maranhenses de Estreito e Açai-



Segundo Carlos Patrocínio, a Ferrovia Norte-Sul é sonho da população de quatro estados

lândia, incluindo conexão com a estrada de ferro Carajás, atingindo o Porto de Itaqui e a capital maranhense, São Luís.

Além de Goiás, Tocantins, Maranhão e Pará, a Ferrovia Norte-Sul, quando pronta, irá beneficiar também os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Piauí. Segundo Patrocínio, a implantação definitiva da ferrovia e da hidrovía Araguaia-Tocantins dará outra dimensão econômica ao corredor que corta o Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país.

O senador disse ainda que até o dia 10 de outubro estará sendo divulgado, pelo Ministério dos Transportes, o edital para a contratação da empresa que vai desenvolver os estudos de modelagem financeira para a privatização da Ferrovia Norte-Sul – o que poderá ser a solução para a escassez de recursos para o projeto.

Eduardo saúda construção do trecho do Tocantins

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) afirmou que a construção do trecho do Tocantins da Ferrovia Norte-Sul é um marco na história dos transportes do país. Ele registrou que, segundo as declarações de Luiz Raimundo Azevedo, presidente da Valec – empresa responsável pela construção –, o edital que determina o prosseguimento das obras no trecho do Tocantins será publicado até o fim do ano.

Eduardo disse ainda que a obra, orçada em R\$ 160 milhões, representa nova concepção de integração nacional, interligando as



Eduardo Siqueira Campos quer o país menos dependente das rodovias

diversas macro-regiões do Brasil e libertando o país de seu condicionamento ao litoral. Com a implantação de 510 quilômetros da ferrovia, observou o senador, o Brasil fica menos dependente das rodovias, que têm alto custo de implantação e de manutenção.

Eduardo ressaltou que a luta pela construção da ferrovia não é só do Tocantins, e defendeu a união entre os estados para possibilitar a conclusão das obras.

– A Norte-Sul, que um dia foi um sonho, poderá se transformar o mais rápido possível em esplêndida realidade – disse.

Senado vota permanência de fundos de desenvolvimento

Proposta de emenda à Constituição de autoria de Antonio Carlos Valadares tem o propósito de reduzir o desequilíbrio regional

O Senado vota na quinta-feira proposta de emenda à Constituição que torna o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste permanentes na estrutura jurídica brasileira. A iniciativa é do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que a defende no propósito de reduzir o desequilíbrio entre as regiões, em sua opinião, um dos maiores desafios enfrentados pelo país.

A proposta exige que a lei fixe os valores anuais a serem colocados nesses fundos, os quais serão repassados na forma de duodécimos mensais. O texto também proíbe o contingenciamento desses recursos, para impedir que o governo federal a eles recorra na hipótese de incerteza em relação à arrecadação tributária e ao cumprimento das metas do déficit público.

Também no propósito de com-



bater as desigualdades regionais, o Senado inicia a discussão de proposta de emenda à Constituição do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que aumenta o percentual de receitas tributárias destinadas ao financiamento do setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A proposta eleva de 47% para

48% a parcela do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados componentes dos fundos constitucionais. Também aumenta de 3% para 4% a parcela que a Constituição destina aos programas de financiamento do setor produtivo dessas regiões.

Quintanilha defende aprovação de emenda que favorece regiões pobres

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) defendeu a aprovação, pelo Senado, da proposta de emenda à Constituição que eleva de 3% para 4% a parcela do produto da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) destinada aos fundos de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.



Leomar Quintanilha diz que não é mais possível conviver com a existência de dois Brasis

deverá ser votada pelo Plenário ainda este mês, informou o senador.

Leomar Quintanilha observou que

Segundo o senador, a aprovação da PEC representaria incremento de recursos da ordem de R\$ 830 milhões, a serem aplicados em projetos ligados à produção nas três regiões. A proposta, já aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ),

os novos recursos a serem aplicados no Norte, Nordeste e Centro-Oeste irão fortalecer a economia dos estados, além de gerar emprego e renda, amenizando as dificuldades por que passam as populações dessas regiões. Ele acrescentou que a aprovação da proposta representará importante passo para a redução dos desequilíbrios regionais.

– Não é mais possível convivermos com a existência de dois Brasis: um rico, com qualidade de vida comparável à de nações mais desenvolvidas, e outro pobre, com índices de desenvolvimento humano vergonhosos – protestou o senador.

CPI das ONGs ouve amanhã deputado estadual do Paraná

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga denúncias contra a atuação de organizações não-governamentais (ONGs) recebe amanhã, às 17h30, o deputado estadual e presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Paraná, Neivo Beraldin.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), presidente da CPI e autor do requerimento que convoca o deputado, entende que a presença do parlamentar irá colaborar na apuração da interferência das ONGs nas questões indígenas, ambientais e de segurança nacional, sobretudo daquelas que atuam na região amazônica.



Mozarildo Cavalcanti preside a CPI que investiga denúncias de atuação irregular de ONGs

Educação vota uso da língua de sinais em mensagem oficial

O projeto será examinado amanhã em turno suplementar. A propaganda eleitoral gratuita só cumprirá a exigência a partir de 2006

A Comissão de Educação (CE) discutirá novamente amanhã, às 11h30, o projeto da senadora Emilia Fernandes (PT-RS) que torna obrigatório o uso da língua brasileira de sinais em todas as mensagens do governo federal em televisão. Na última reunião foi aprovado voto em separado do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) e, por isso, a matéria será examinada agora em turno suplementar.

A proposta estabelece que as mensagens dos poderes da União, as manifestações oficiais de seus membros e campanhas institucionais, veiculadas pela televisão, passarão a ser interpretadas na linguagem dos sinais, a partir de 90 dias após a aprova-

ção da lei. O voto em separado exce- tuou os programas de propaganda eleitoral gratuita, que terão até 1º de janeiro de 2006 para adotar a linguagem de sinais.

De acordo com o projeto, o não cumprimento da exigência acarretará as sanções previstas na legislação eleitoral. Ou seja, o partido ficará sujeito à perda de tempo equivalente ao dobro do usado na prática do ilícito, no período do horário gratuito subsequente, dobrada a cada reincidência.



Emilia Fernandes é autora do projeto, relatado por Nilo Teixeira Campos

O voto de Suassuna, que obteve o apoio da autora do projeto e do relator, senador Nilo Teixeira Campos (PSDB-RJ), também suprime a alternativa da transcrição em legenda oculta.

Na mesma reunião, os senadores examinarão o projeto de lei da Câmara que dá o nome de Gilberto Freyre ao Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes, sete projetos de decreto legislativo relativos à concessão de serviços de radiodifusão e relatórios de auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU).

Comissão debate concessão da TV Ômega

Após a ordem do dia, a Comissão de Educação (CE) realiza audiência pública amanhã para discutir o projeto que renova a concessão da TV Ômega, para explorar serviços de radiodifusão de sons e imagens nas cidades do Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizon-

te, Fortaleza e São Paulo.

Foram convidados para participar da audiência Juarez Martinho Quadros dos Santos, secretário executivo do Ministério das Comunicações; Duciran Van Marsen Farena, procurador da República em São Paulo; Nilton

Martins, diretor coordenador do Sindicato dos Radialistas de São Paulo; e Amilcare Dallevo Jr., presidente da RedeTV!, entre outros.

A Comissão de Educação é presidida pelo senador Ricardo Santos (PSDB-ES).

Paraenses conheceram publicações do Senado e documentos históricos

Presente à 5ª Feira Pan-Americana do Livro, encerrada ontem, em Belém (PA), o Senado Federal teve a oportunidade de divulgar suas atividades e publicações para um público estimado em mais de 250 mil pessoas. Desde a abertura da mostra, o estande da Casa chamou a atenção dos visitantes, com livros a preço de custo e outras atrações.

No primeiro domingo da feira, o senador Luiz Otávio (sem partido-PA), acompanhado do governador do Pará, Almir Gabriel, promoveu o lançamento da Constituição do Pará em Braille, distribuída a representantes de associações de deficientes visuais do estado. No evento, foram lançados também livros com dados biográficos dos senadores do Pará, Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins, distri-

buídos gratuitamente.

O estande do Senado não recebeu apenas pessoas interessadas em livros. No local, os paraenses tiveram acesso a documentos históricos que fazem parte do arquivo da Casa, como as cartas de renúncia dos presidentes Jânio Quadros e Fernando Collor e a Lei Áurea, de 1888. Os visitantes ainda navegaram pelas páginas do Senado na Internet e testaram, em primeira mão, o CD-Rom institucional, ainda em desenvolvimento, que apresenta uma visita virtual à Casa, com informações sobre seu funcionamento e órgãos.

CONSTITUIÇÃO

Como em outras feiras, a Constituição de 1988, atualizada até a emenda que regulamentou o uso de medidas provisórias, e a Coleção de Constituições Brasileiras ficaram entre as publicações mais

vendidas pelo estande do Senado. Visitantes, como o prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues, e o vice-governador do estado, Hildegardo Nunes, elogiaram a presença do Senado no evento e a iniciativa da instituição, por meio do Conselho Editorial, de publicar livros importantes para o pensamento brasileiro, que já não são mais oferecidos por editoras comerciais.

As crianças que passaram pelo estande receberam revistas infantis, e os pais puderam assistir à TV Senado e receber o *Jornal do Senado*, que podia ser assinado gratuitamente.

Desde 1996, o Senado divulga suas atividades em eventos culturais pelo país. Este ano, a instituição esteve presente também à Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro. A iniciativa é da Primeira Secretaria.

CAE examina isenção na compra de celular para deficiente

Encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para ser apreciado em caráter terminativo, projeto do senador Sérgio Machado (PSDB-CE) que isenta os deficientes auditivos dos impostos de importação e sobre produtos industrializados (IPI) na compra de aparelhos de telefonia celular adaptados para pessoas com necessidades especiais.

Na justificativa do projeto, Machado afirma que o Brasil ainda não fabrica o aparelho. Por esse motivo, diz, precisa ser importado

do exterior, onerando o comprador devido aos impostos. Para o autor da proposta, o aparelho de telefonia celular destaca-se entre as inovações tecnológicas que podem permitir melhores condições de vida ao deficiente auditivo.

Segundo Machado, a isenção proposta não causará qualquer prejuízo à indústria brasileira, uma vez que empresas nacionais não fabricam aparelho similar. O senador considera que a comunicação telefônica é imprescindível na vida cotidiana.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h - Saúde/Unip - Doença de Parkinson - Parte 2
6h30 - Agenda Econômica - O deputado Emerson Kapaz fala sobre a Lei das S.A.
7h30 - Entrevista - O presidente do Conselho Nacional do Cinema, Gustavo Dahl, fala sobre a nova política do cinema
8h - As Cores do Brasil - Vila Planalto
8h30 - Saúde/Unip - Doença de Parkinson - Parte 2
9h - Fala Cidadão - A conexão do Senado com a sociedade
9h30 - Entrevista - O sen. Geraldo Cândido fala sobre a Conferência Nacional Anti-racismo
10h - Especial - Seca: a Terra, a Luta, a Gente
11h30 - Ideias - Os senadores: opinião, discursos e novos projetos
12h - Os Caminhos da Arte - Sicília
12h30 - Entrevista - O presidente do Conselho Nacional do Cinema, Gustavo Dahl, fala sobre a nova política do cinema
13h - Fala Cidadão - A conexão do Senado com a sociedade
13h30 - Agenda Econômica - O deputado Emerson Kapaz fala sobre a Lei das S.A.
14h30 - Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 - Entrevista - O jornalista Herodoto Barbeiro fala sobre o radiojornalismo no Brasil
19h - Ideias - Os senadores: opinião, discursos e novos projetos
19h30 - Agenda Econômica - O deputado Emerson Kapaz fala sobre a Lei das S.A.

20h30 - Entrevista - O presidente do Congresso Nacional do Cinema, Gustavo Dahl, fala sobre a nova política do cinema
21h - Jornal do Senado - O resumo das atividades do Senado
21h30 - Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h - Música, informação e serviços
7h30 - Senado Notícias - em ondas curtas para as Regiões Norte/Nordeste
8h - Senado Primeira Hora - As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h - Música e informação
9h30 - Festa de Arramba - Nos tempos da Jovem Guarda Interpretação: Leno e Lilian. Músicas destacadas: Devolve-me, Parem Tudo, Objeto Voador
13h30 - Festa de Arramba - Nos tempos da Jovem Guarda (reapresentação)
14h15 - Senado Notícias - Edição da tarde
14h30 - Sessão Plenária do Senado
19h30 - A Voz do Brasil
20h - Música e informação
20h30 - Festa de Arramba - Nos tempos da Jovem Guarda (reapresentação)
22h - Senado Notícias - Edição da noite
23h - Vozes do Século 20

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal

DireTV: canal 163

Sky Net: canal 30

Tecsat: canal 17

Internet: www.senado.gov.br

Antena Parabólica - Sistema Digital:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência: 3.644,4 Mhz
- Frequência (Banda - L) - 1505,75 Mhz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- FEC: 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Antena Parabólica - Sistema analógico

- Satélite - B1
- Transponder - 11 A-2 (canal 8)
- Polarização - Horizontal
- Frequência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

CAE e Subcomissão de Turismo debatem a crise na aviação

Em reunião conjunta amanhã, às 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e a Subcomissão de Turismo do Senado discutirão em audiência pública a situação da aviação comercial brasileira. O setor já passava no Brasil por grave crise econômica mesmo antes de os atentados terroristas nos Estados Unidos ocorridos no dia 11 de setembro lançarem perspectivas sombrias sobre a saúde financeira da aviação civil mundial. Nos atentados, jatos comerciais de passageiros foram usados para explodir prédios

os simbólicos dos EUA, o que fez as ações das companhias aéreas terem grandes baixas nas bolsas de valores americanas.

São os seguintes os convidados esperados na audiência: presidente da Transbrasil, Celso Cipriani; presidente da Gol, Constantino de Oliveira; presidente da TAM, Daniel Mandelle Martin; presidente da Varig, Ozires Silva; e presidente da Vasp, Wagner Canhedo. A realização da audiência pública foi solicitada por requerimento de autoria do senador Moreira Mendes (PFL-RO), presidente da subcomissão.

CCJ vai analisar proteção ao patrimônio turístico

Já está pronto para entrar na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto que responsabiliza também as agências de turismo pelos danos ao meio ambiente e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico causados pelos usuários de seus serviços. De autoria do senador Sérgio Machado (PSDB-CE), a proposta tem como relator o senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA).



Sérgio Machado: crescimento do turismo não pode prejudicar o meio ambiente

Ao justificar o projeto, Sérgio Machado afirmou ser importante assegurar que o crescimento do turismo não implique degradação do meio ambiente e dos bens locais visitados. Segundo o senador, um número cada vez maior de pessoas se interessa em viajar não só para os locais

turísticos já consagrados, mas também para localidades menos conhecidas e exploradas. A co-responsabilização das agências pretende assegurar a preservação do patrimônio turístico nacional.

Projeto de Moreira proíbe discriminação a consumidor

Para evitar a discriminação dos consumidores de bens e serviços em função de sua raça, cor, etnia, religião, nacionalidade, sexo, estado civil ou idade, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) apresentou projeto de lei que muda o Código de Proteção e Defesa do Consumidor. O parlamentar define a discriminação como "prática abusiva" do fornecedor de produtos ou serviços e propõe, como castigo, a maior punição estipulada pelo código: a detenção de seis meses a dois anos, além de multa.

A proposta do senador por



Moreira Mendes define a discriminação como "prática abusiva"

Rondônia está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em caráter terminativo. Isso significa que, caso o projeto seja aprovado pela comissão e não receba qualquer recurso para ser submetido ao Plenário do Senado, a matéria

seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados.

O projeto pretende alterar os artigos 39 e 74 do código. O artigo 39 receberia um novo inciso, caracterizando a discriminação como "prática abusiva". Já o acréscimo proposto ao artigo 74 visa a criminalizar essa conduta.

Romeu Tuma adverte que é preciso sanear as polícias

"Maior ameaça à liberdade individual e à estabilidade dos Estados democráticos provém de atividades criminosas supranacionais"

Embora o Brasil contemporâneo disponha de "copiosa legislação preventiva e repressiva para obstar as organizações e associações criminosas de qualquer natureza", precisa adotar medidas para enfrentar os problemas que ocorrem na execução das leis e as dificuldades que possam surgir nas instituições policiais. A afirmação é do senador Romeu Tuma (PFL-SP).

— Devemos acelerar o saneamento de nossas polícias para torná-las mais infensas à corrupção. Fica evidente, além disso, a necessidade urgente de melhor capacitação técnica e de retribuição salarial adequada para que alcancem seleção profissional condizente com os novos meios de investigação, além da necessidade urgentíssima da integração dos sistemas de comunicações e informações da Polícia Federal e das polícias estaduais — propôs o senador, que foi superintendente da Polícia Federal.

Tuma esclareceu que fez essas análises e propostas durante o XI Congresso Nacional de Delegados de Polícia, realizado no último dia 17, na Pousada do Rio Quente (GO). Na condição de debatedor



Tuma observa que tem procurado oferecer ao Congresso experiência de mais de 40 anos na área policial

no painel "Os Avanços dos Mecanismos Legais para Eficácia da Investigação Policial (Lei nº 10.217/2001)", Tuma afirmou que, depois dos atentados cometidos no último dia 11 nos Estados Unidos, todos os povos têm agora consciência de que, após o fim da guerra fria, a maior ameaça à liberdade individual e à estabilidade dos Estados democráticos provém de atividades criminosas supranacionais.

Delegado de polícia licenciado,

Tuma observou que tem procurado oferecer ao Congresso Nacional uma experiência de mais de 40 anos na área policial para incentivar o Poder Legislativo brasileiro a adequar as leis penais à realidade, sobretudo quanto ao combate ao crime organizado. Nesse sentido, ele destacou a importância da Lei nº 10.217:

— Pode-se agora, com autorização da Justiça, realizar oficialmente e utilizar como prova a captação e a interceptação ambiental de sinais eletromagnéticos, óticos ou acústicos; a segunda inovação que essa lei proporciona é que ela disciplina a figura do agente infiltrado.

O senador destacou que o Brasil, após alguma relutância, adotou um conjunto de normas jurídicas inspiradas em tratados, convenções e acordos firmados pelo Brasil no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), nos últimos tempos.

— Oxalá essas leis democráticas contribuam decisivamente para que aconteça o que nosso povo anseia, isto é: a restituição, de fato, do poder de polícia à Polícia — disse.

Suassuna propõe reciclagem de pneus

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve votar em uma de suas próximas reuniões, em decisão terminativa, projeto do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) que obriga a reciclagem de carcaças de pneus. De acordo com o projeto, após encerrada a vida útil dos pneus, as empresas produtoras ou importadoras do produto deverão providenciar a reciclagem ou dar à carcaça destinação permitida pela autoridade ambiental.

Ney Suassuna lembrou que o país não conta com um programa para coleta, reciclagem ou destinação de pneus em desuso, o que considera grave. O projeto, observou, visa deixar explícito o suporte à atividade de reciclagem industrial do pneu velho, "um poluente letal que pode, devidamente transformado, apresentar razoáveis benefícios sociais, ecológicos e



País ainda não conta com programa para coleta, reciclagem ou destinação de pneus em desuso, segundo autor do projeto

econômicos".

Pela proposta, as autoridades ambientais deverão cadastrar e fiscalizar empresas que pretendem desenvolver atividades de reciclagem de pneus em desuso.

Mas abre espaço também para os próprios fabricantes ou importadores de pneus efetuarem a reciclagem ou destruição dos pneus, desde que seja em instalações próprias.



Carlos Bezerra pede providências ao ministro da Saúde, José Serra

Bezerra denuncia aumento de preços dos medicamentos

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) pediu providências ao ministro da Saúde, José Serra, em relação a denúncias de que laboratórios farmacêuticos estariam retirando do mercado determinados medicamentos para voltar a comercializá-los com menor número de unidades (comprimidos ou cápsulas) ou menor volume (mililitros ou gramas), mas com preço superior ao anteriormente praticado.

As denúncias, apresentadas pelo Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal e pelo Instituto de Defesa dos Usuários de Medicamentos, disse o parlamentar, baseiam-se na proibição de aumento de preços para o setor, até fevereiro de 2002, segundo medida provisória editada no último dia 6. O senador considerou grave o fato de a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ter autorizado esses aumentos de preços, contrariando determinações legais que proíbem o reajuste.

— Aumentar preços de maneira oculta fere as regras de comércio que regem as relações entre produtor e consumidor. Agora, aumentar preços de medicamentos, cujos aumentos estão proibidos por lei, é uma afronta ao poder público.

Carlos Bezerra referiu-se também a denúncia de que laboratórios estariam reduzindo a concentração dos medicamentos sem a correspondente diminuição do preço. O levantamento que propiciou a constatação de irregularidades no setor, informou o senador, foi feito entre junho de 2000 e junho de 2001.

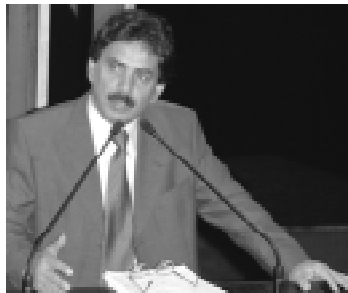
Ao enfatizar o “alto grau de injustiça” que está sendo cometido contra a população, o senador apelou ao ministro da Saúde para que “esse abuso” seja evitado.

Ademir critica o poder dos especuladores internacionais

Senador sugere que países da América Latina, Ásia e África se unam para enfrentar sangria imposta pela especulação

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou na sexta-feira, em discurso no Plenário, que na atualidade quem domina o mundo, especialmente os países capitalistas e social-democratas, são os especuladores financeiros, e não os políticos. “Há séculos os empresários dominam os países, mas antes, pelo menos, eram os capitalistas que produziam, plantavam, prestavam serviços. Hoje, quem manda são os que se especializaram na política financeira”, disse. O senador atribuiu a situação a um sentimento de ganância desmedida, e criticou a submissão do governo brasileiro a esses especuladores.

Ademir destacou que, mesmo com a privatização de grande par-



Ademir ressalta que o Brasil tem terras férteis e maior potencial hidráulico do planeta

te do patrimônio do país, a dívida líquida do setor público chega a 51,3% do Produto Interno Bruto (PIB). Esse valor correspondia a 29,2% do PIB em 1994. Já a arrecadação, que correspondia a 13,8% do PIB em 1947, era de 29,4% em 1995 e, em 2000, che-

gou a 32,6%. “A arrecadação aumentou, mas o governo não usa esses recursos com sabedoria. Hoje vivemos a pior situação econômica da história.”

O senador sugeriu que países em condições semelhantes, da América Latina, Ásia e África, unam-se para enfrentar a sangria imposta pelos especuladores. Ademir lembrou a situação privilegiada do Brasil, o quinto país do mundo em extensão territorial, com o maior potencial hidráulico do planeta e terras férteis.

Em aparte, Carlos Patrocínio (sem partido-TO) afirmou que a dominação dos “superpoderosos” sobre quem morre de fome também é uma forma de terrorismo e deve ser combatida.

CRE analisa voto de censura ao governo do Afeganistão

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) analisa amanhã, a partir das 17h30, requerimento do senador Tião Viana (PT-AC) para a formulação de um voto de censura junto ao governo fundamentalista do Afeganistão, “apontando a indignação dos brasileiros com relação aos acontecimentos que vêm tendo lugar naquele país, onde é flagrante o desrespeito às mulheres, submetidas a toda espécie de maus-tratos e humilhação pelo regime talibã”. O requerimento conta com parecer favorável do senador Lúdio Coelho (PSDB-MS).

Outro voto de censura a ser analisado é destinado aos cientistas Panayotis Zavos, Severino Antinori e Brigitte Boisselier, que anunciaram a intenção de clonar

seres humanos. O requerimento também é do senador Tião Viana e tem parecer favorável do senador José Sarney (PMDB-AP).

Também o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) apresentou requerimento que solicita um voto de apoio, aplauso e congratulações aos parlamentares dos países-membros da União Interparlamentar que apóiam a criação de imposto sobre transações cambiais, de alíquota reduzida, com vistas a reduzir a especulação e evitar a desestabilização das moedas nacionais. A arrecadação do imposto será destinada ao atendimento às necessidades globais mais urgentes, como situações de calamidade pública, combate à pobreza, proteção do meio ambiente e desenvolvimento social. O requerimento



Tião Viana: mulheres são submetidas a maus-tratos e humilhação pelos talibãs

tem parecer favorável do senador José Coelho (PFL-PE).

A CRE apreciará também a indicação do embaixador Celso Amorim para representar o Brasil no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, de Luiz Felipe Corrêa para chefe da Delegação Permanente do Brasil em Genebra e de Pedro Luiz Mendonça para, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil em Moçambique, exercer o cargo de embaixador junto ao Reino da Suazilândia.

Comissão discute conflitos na Ponte da Amizade

A representação brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul realiza audiência pública amanhã, às 17h30, para discutir o tema “Fronteira Brasil-Paraguai, conflitos na Ponte da Amizade”. A audiência foi mar-

cada em função dos recentes conflitos ocorridos no local.

Foram convidados para a audiência o embaixador do Paraguai, Luís Gonzalez Arias, o prefeito de Foz do Iguaçu, Celso Sâns da Silva, e o presidente da

Associação Comercial de Foz de Iguaçu, Wanderley Bertolucci Teixeira. O Executivo será representado pelo secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, e um integrante do Ministério das Relações Exteriores.



Segundo Valadares, partido deve se manifestar sobre alianças depois de abril

Valadares: PSB quer aumentar potencial político

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) pediu a transcrição nos Anais do Senado de entrevista que concedeu ao jornal *Gazeta de Sergipe*, no dia 29 de julho, em que afirma que a prioridade do partido, neste momento, é reestruturar seus quadros e se fortalecer internamente para aumentar seu potencial político. Segundo o senador, o partido só deverá dar sinais de seu posicionamento em relação a alianças políticas para as próximas eleições a partir de abril do ano que vem.

Valadares defende, na entrevista, a participação do partido nos movimentos populares e nos debates sobre as grandes questões nacionais e regionais. Os parlamentares do partido, em todos os níveis, deverão ser não apenas oposição, disse Valadares, mas terão que mostrar identificação com a causa oposicionista, “indignação contra o governo de Albano Franco e não se conformarem com o governo FHC, o maior responsável pelo aumento da miséria e pela perda de nossa soberania”.

Ao ser questionado sobre as pesquisas que indicariam que o PSB deve se aliar ao PT e não ao PFL, Valadares afirmou que já foi apoiado e apoiou tanto um quanto outro partido em diversas oportunidades, ressaltando que sempre cumpriu seus compromissos políticos. O senador disse que, por ser um político que tem o respeito dos extremos e por ser lembrado por todos como um bom aliado, tem sido vítima de inveja e recebido agressões daqueles que tentam desqualificar seu comportamento como homem público.

Valadares observou ainda que nenhuma denúncia contra o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) deve ficar sem apuração.